



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

MINUTA DA ATA N.º 63/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube Quintinhas, sita na Rua Eugénio Salvador n.º 46, na Freguesia de Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 - Apreciação e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento;

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada – junho de 2024 a novembro de 2024”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Redação final do Projeto de Regulamento Municipal de Horários dos Estabelecimentos Comerciais de Almada”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares do Município de Almada”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes em meio urbano do Município de Almada”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Assunção de Compromissos Plurianuais - SMAS”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Juventude de Almada (PMJA) 2025-2028”;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação das minutas de contrato do Concurso Público n.º CS02891S2023 para concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 PCVE, em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de 10 anos”;

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CS00002S2025 para “Concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano – Por lotes”;

3.13 - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais – recebimentos e pagamentos em atraso”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3.14 - Apreciação e votação da “Proposta de Criação de um Grupo de Trabalho para as Terras da Costa e Projeto Agroparque”, (retirada);

3.15 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Programa entre o Município de Almada e a Wemob, E.M., S.A., para Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Olga Natália Mariano (PS) Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram as faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS), da Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira (CDU), da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) sobre “Pedido de informação e documentação sobre o pavilhão desportivo do Ginásio Clube do Sul”, enviado para a Câmara Municipal em 25/10/2024, foi respondido em 13/02/2025;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes sobre “Pedido de acesso a documentação sobre as medidas adotadas no Bairro de Penajóia”, enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes sobre “Agroparque Terras da Costa e do Mar”, enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 59, 60, 61 e 62/XIII-4º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores/as Múncipes,

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou ainda um agradecimento ao Vitória Clube Quintinhas, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Paulo Pereira, João Rocha, Henrique Torres, José Bernardo, Júlio Luta, Natércia Anjos, Luís Ricardo e Isabel Braga.

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Maria Rita Magalhães (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Luisa Maria Galvão (PS), (cf. anexo 1);



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.2 – Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), (cf. anexo 2);

6.1.3 – Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta apresentado pela Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU), (cf. anexo 3).

6.1.4 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.1.5.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Maria Teresa Horta foi aprovado por unanimidade.

6.1.5.2 – O voto de pesar por falecimento de Maria Teresa Horta foi aprovado por unanimidade.

6.1.5.3 – O voto de pesar por falecimento de Maria Teresa Horta foi aprovado por unanimidade.

6.1.6 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Daniel Salgueiro Silva (PS)

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (IND), para apresentar uma Saudação à “Associação de Surf da Costa da Caparica” (cf. Anexo 4);

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar uma Moção “Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril” (cf. Anexo 5);

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação “Fornecimento excecional e provisório de energia elétrica ao bairro precário de Penajoia” (cf. Anexo 6);

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU), para apresentar uma Moção “Pela resposta urgente aos graves problemas no atual serviço do Comboio da Ponte” (cf. Anexo 7);

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU), para apresentar um Voto de Protesto “Sobre a demora na resolução dos problemas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde” (cf. Anexo 8);

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Ação Imediata no Bairro Ilegal da Penajoia” (cf. Anexo 9);

6.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Moção “Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença” (cf. Anexo 10);



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Moção “Expansão do solo urbano: o desastre anunciado” (cf. Anexo 11);

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Moção “Reforço efetivo da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó” (cf. Anexo 12);

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção “Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte sobre o Tejo” (cf. Anexo 13).

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Sérgio Faria Bastos (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Bruno Ramos Dias (CDU), Pedro Dias Pereira (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e ainda Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 14 de fevereiro de 2025, pelas 21H15.

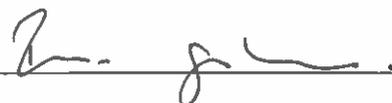
8 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal faz um agradecimento ao Vitória Clube Quintinhas, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Francisca Parreira (PS), Débora Rodrigues (PS), Gabriel Machado da Rosa (PS), Nuno Matias (PSD), António Matos (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE



O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE MARIA TERESA HORTA

Partiu no passado dia 4 de fevereiro, em Lisboa, aos 87 anos de idade, Maria Teresa Horta, a última das “3 Marias”, deixando em profundo consternamento toda a comunidade.

Maria Teresa Horta deixa ao País um extraordinário legado literário, mas também uma marca indelével na História, como lutadora incansável pelos direitos das Mulheres. O seu desaparecimento representa “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, aos quais dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida”, assinala a Editora D. Quixote, porta-voz da triste notícia, a pedido da família. A nota da Editora prossegue, lamentando “o desaparecimento de uma das personalidades mais notáveis e admiráveis do nosso tempo, reconhecida defensora dos direitos das mulheres e da liberdade, numa altura em que nem sempre era fácil assumi-lo, e autora de uma obra que ficará para sempre na memória de várias gerações de leitores”.

Coautora da obra “Novas Cartas Portuguesas”, escrita com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta usava a escrita como veículo para a sua luta. As “Novas Cartas Portuguesas” continuam a marcar gerações, constituindo-se como manifesto contra a ideologia vigente no período pré-25 de Abril, designadamente por denunciarem as opressões a que as mulheres eram sujeitas, um sistema judicial persecutório, a emigração e a violência fascista.

Com livros editados no Brasil, em França e Itália, foi amplamente premiada ao longo da sua carreira literária, destacando-se, só nos últimos anos, o Prémio Autores 2017, a Medalha de Mérito Cultural, o Prémio Literário Casino da Póvoa e a condecoração, em 2022, com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade, pelo Presidente da República. Integrada em dezembro último pela BBC na lista das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o Mundo, Maria Teresa Horta é uma referência para a Liberdade, para o feminismo e para todas as mulheres que aspiram à igualdade de direitos.

O desaparecimento de Maria Teresa Horta deixa a luta pela Igualdade mais pobre e também um vazio na sociedade portuguesa. A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 13 e 14 de fevereiro, manifesta o seu profundo pesar e endereça sentidas condolências à família.

O Grupo de Eleitos do Partido Socialista
Almada, 13 de fevereiro de 2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião 13 de fevereiro 2025	
ANEXO Nº 2	ATA Nº 63/2025-4º



Voto de pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta

No passado dia 4 de fevereiro, faleceu em Lisboa a escritora e jornalista Maria Teresa Horta. O anúncio foi feito pela editora Dom Quixote, a pedido da família, acrescentando tratar-se de “uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, a quem Maria Teresa Horta dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida.”

Recentemente, Maria Teresa Horta tinha sido escolhida pela BBC para a lista das “100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o mundo”. Passou pelo Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, entre outras. N’A Capital esteve à frente do suplemento Literatura e Arte, por onde passaram nomes como Alexandre O’Neill, Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, entre tantos outros.

Autora de uma extensa obra, a escritora viu o seu livro de poesia Minha Senhora de Mim apreendido pela PIDE oito dias após a sua publicação. Posteriormente foi alvo de uma feroz perseguição e de um processo de pura humilhação.

Chegou a ser fisicamente agredida em plena rua: “É para aprenderes a não escreveres como escreves”, disseram-lhe.

Foi na sequência destes acontecimentos que Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa decidiram desafiar o regime fascista e “tecer”, a seis mãos, a obra Novas Cartas Portuguesas, que seria publicada em 1972.

O regime fascista considerou o conteúdo de Novas Cartas Portuguesas “insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública” e ameaçou com uma pena entre seis meses a dois anos de prisão.

As “Três Marias” foram alvo de uma tentativa implacável de as humilhar e intimidar e de fingir que não se tratava de um processo político.

O julgamento coincidiu com a primeira conferência internacional de mulheres, que teve lugar em Boston, entre 3 e 5 de junho de 1973. As Novas Cartas Portuguesas foram o tema central deste encontro, e adotadas como a primeira causa feminista internacional.

A leitura da sentença chegou a estar marcada, após um primeiro adiamento, para o dia 25 de Abril de 1974. Mas a Revolução dos Cravos fez cair o regime fascista, e a sessão final acabou por decorrer a 7 de maio de 1974, com a absolvição das três escritoras.

Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno estiveram na origem da criação do Movimento de Libertação das Mulheres. A manifestação organizada por este movimento a 13 de janeiro de 1975, e a violência machista com que esta foi recebida, foi ilustrativa do longo caminho ainda a percorrer no sentido da efetiva libertação das mulheres. Em 2021, a escritora recordou esse dia, que há poucas semanas fez 50 anos:

“Estávamos em liberdade, mas, de repente, as mulheres foram as únicas que sentiram que afinal não havia tanta liberdade quanto isso. Liberdade só para os homens, e talvez para as mulheres que se mantivessem quietinhas e caladinhas”.

Convidada pelo Partido Comunista Português, da qual foi militante entre 1975 e 1989, a chefiar a redação da revista Mulheres, Maria Teresa Horta entrevistou mulheres com grande reconhecimento na área da política, cultura e literatura, entre as quais figuram Marguerite Duras, Maria Bethânia, Maria de Lourdes Pintasilgo ou Marguerite Yourcenar. Esta revista tornou-se numa experiência inédita, enquanto baluarte das lutas feministas e espaço de representatividade.

Distinguida com inúmeros galardões, em 2011, Maria Teresa Horta, ainda que aceitando o Prémio D. Dinis pela sua obra As Luzes de Leonor, recusou recebê-lo pelas mãos de Pedro Passos Coelho, a quem acusou de querer “destruir o país”.

"Sem jamais se afastar da intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta seguiu firme no apoio à causa feminista, sendo também uma defensora da candidatura de Marisa Matias nas eleições presidenciais de 2021.

Em 2022, ofereceu ao Bloco de Esquerda um poema inédito, intitulado 'Nós mesmas'."

Sem nunca abandonar a intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta continuou a apoiar a causa feminista, sendo também apoiante da candidatura de Marisa Matias às eleições presidenciais de 2021.

Em 2022, ofereceu um poema inédito ao Bloco de Esquerda, com o título "Nós mesmas":

Nós somos
a liberdade
vamos além de nós
mesmas

Somos aquelas
que voam
não queremos
a violência

...que nos impõe
a desgraça
nos humilha
e despedaça

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibere:

Expressar o seu pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, enviando condolências à família e amigos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	13/fev/2025
ANEXO Nº	2 ATA Nº 63/XIII-4º



**Voto de Pesar
(Pelo falecimento de Maria Teresa Horta)**

*Liberdade**

*Se exijo liberdade
Tenho firmeza
Se digo Liberdade
Passo a mensagem
Se afirmo liberdade
Vem a beleza
Se escrevo liberdade
Canto a coragem*

Maria Teresa Horta

(*poema inédito escrito e oferecido ao PCP por ocasião do seu 100º aniversário)

Faleceu no passado dia 4 de fevereiro, aos 87 anos, a poetisa e escritora Maria Teresa Horta, ativa e empenhada militante da luta pelos direitos das mulheres.

Nascida em 1937 em Lisboa, onde frequentou a Faculdade de Letras, Maria Teresa Horta estreou-se na poesia em 1960, com a publicação de "Espelho Inicial". Em 1961 foi uma das promotoras da obra coletiva "Poesia 61", na qual participou com o caderno "Tatuagem".

Maria Teresa Horta iniciou a carreira jornalística em 1969, no vespertino A Capital, assumindo a coordenação do Suplemento "Literatura e Arte". Em 1971 publica "Minha Senhora de Mim", obra considerada um marco na criação poética feminina em Portugal. Apreendido de imediato pela polícia política da ditadura, o livro esteve na origem de uma campanha de ameaças, insultos e de uma agressão à autora na via pública por três serventuários do regime. Publicou diversos textos em jornais como Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, e foi chefe de redação da revista Mulheres, entre 1977 e 1988.

O ano de 1972, é o ano da publicação, em coautoria com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, as "Três Marias", como viriam a ficar mundialmente conhecidas, da obra "Novas Cartas Portuguesas", livro que valeu às três escritoras um processo judicial por "*pornografia e ofensas à moral pública*", expediente com que o regime fascista tentou silenciar uma obra que denunciava o atraso da sociedade portuguesa daquele tempo, em especial a situação de profunda discriminação e inferioridade a que a mulher estava sujeita. A forte corrente de solidariedade feminista internacional com as autoras acabou por contribuir para um ainda maior isolamento do regime fascista.

Encerrado o processo com uma sentença absolutória já após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Maria Teresa Horta fundou então, com Maria Isabel Barreno e outras feministas, o Movimento de Libertação das Mulheres. Neste período militou no Partido Comunista Português, partido que abandonou em 1990.

Manteve, até aos dias de hoje, uma intensa criação poética e ficcional, tendo, já em 2006, publicado em França "Les Sorcières – Feiticeiras", edição bilingue da Actes Sud, com tradução de Catherine Dumas. No Brasil, publica em 2007 "Antologia Pessoal + 22 poemas inéditos", "Palavras Secretas", em 2009 publica "Poemas do Brasil" e, em 2014, a antologia de contos "Azul Cobalto".

Em setembro de 2007 foi convidada fazer a comunicação de abertura do XXI Encontro dos Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, na Universidade de São Paulo, tendo ainda apresentado uma



comunicação sobre a sua vida e obra no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro. Em setembro de 2009 foi homenageada em Natal, Brasil, no âmbito do IV Seminário Internacional Mulher e Literatura, e voltou a apresentar uma comunicação ao XXII Encontro dos Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, em Salvador (Bahia). Maria Teresa Horta é descendente em quinta geração da Marquesa de Alorna, a escritora e poetisa pré-romântica a quem dedicou o romance "As Luzes de Leonor" (2011).

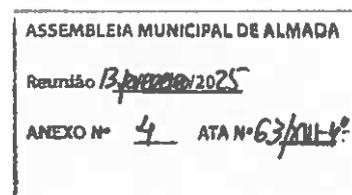
Foi condecorada com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, no dia 8 de março de 2004, Dia da Mulher. Em 2008, foi distinguida com o "Prémio Paridade: mulheres e homens na comunicação social", pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Em 2010 é-lhe conferido o Prémio Máxima Vida Literária, pelo seu livro "Poesia Reunida". Em 2012 recebeu o prémio D. Dinis - 2011, da Fundação da Casa de Mateus, atribuído, por unanimidade do júri, ao seu romance "As Luzes de Leonor". O mesmo livro foi galardoado, ainda em 2012, com o Prémio Máxima Literatura. Em 2013 é designada pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, a par de Maria Isabel Barreno, "mulher inspiradora da Europa" pela coautoria de "Novas Cartas Portuguesas". Em fevereiro de 2014 é a escritora homenageada das Correntes d'Escrita, na Póvoa de Varzim, que lhe dedica a capa e o dossier da revista com o mesmo título. Em 22 de Maio de 2014, é-lhe entregue pelo presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, José Jorge Letria, o prémio "Consagração de Carreira".

Escritora de grande vulto, destacada jornalista, Maria Teresa Horta foi também uma cidadã que recordamos pela sua intervenção durante a ditadura fascista, na defesa da liberdade de expressão e dos direitos das mulheres, contra a profunda discriminação e inferioridade a que a mulher estava sujeita. Destacou-se desde jovem pela sua reivindicação de igualdade e complementaridade entre mulher e homem, sofrendo por isso a repressão do regime fascista.

Foi a voz serena, límpida, de combate e rebeldia, de afirmação do corpo e do desejo da Mulher; uma poética que estabeleceu de forma exemplar, nos tempos, na distensão sintática, na componente lírica e livre da fala, na revelação dos territórios íntimos e no combate geracional pela dignidade e pela justiça.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências, na certeza de que parte fisicamente a Mulher e Poeta, mas restam perenes connosco alguns dos mais belos textos-poema da literatura portuguesa contemporânea.

Charneca de Caparica, 13 de fevereiro de 2025
O Grupo Municipal da CDU





Junta de Freguesia da Costa da Caparica

Fazer História, Criar Memórias

Com a participação da Associação de Surf da Costa de Caparica (ASCC) no World Club Challenge – World Team Surfing Competition, competição de Surf por equipas que se realizou na Austrália, na mítica praia de Snapper Rocks, nos dias 17 a 19 de janeiro, foi feita história.

A ASCC foi a primeira equipa europeia a participar neste evento que junta equipas de surf de todo o mundo, onde a par das potências do surf da Austrália, América e Havai, estavam alguns ex-campeões do Mundo e atuais atletas masculinos e femininos do circuito mundial de surf, ombreou-se durante três dias e sempre na prova principal até atingir um brilhante 5.º lugar entre 48 equipas, falhando por pouco a grande final.

Tive a oportunidade de ir acompanhando a transmissão em streaming ao longo de toda competição.

Dos comentários iniciais sobre a admiração por uma equipa europeia vinda de tão longe, da dúvida, motivada pelo desconhecimento, sobre o potencial dos seus atletas, à confirmação do seu valor.

Durante 3 dias cada vez que a ASCC entrava na água, falou-se de onde vinham, da pequena cidade da Costa de Caparica, da paixão crescente dos portugueses pelo surf, do povo português caloroso, de lugares icónicos do nosso país para fazer surf, das experiências individuais dos comentadores enquanto gente do surf no nosso país.

Falou-se de Portugal.

Às tantas, já não era só a ASCC que estava ali, era Portugal representado e os seus atletas sentiram-no e foram-no sentindo a cada bateria em que iam progredindo até ao sonho da grande final, em que alcançaram, digamos assim, a final A ficando em terceiro nesta final e falhando, por uma nesga, a final principal onde se juntavam os dois primeiros classificados da Final A e Final B.



Junta de Freguesia da Costa da Caparica

A forma vibrante como viveram coletivamente a experiência desta competição, como foram fazendo história e criando memórias, levou-os ao reconhecimento por parte da Organização ao atribuir-lhes o Prémio referente ao “Melhor Espírito de Equipa do Campeonato”.

A Junta de Freguesia orgulha-se de ter contribuído para a concretização da participação da ASCC neste Mundial de Clubes, envolvendo-se desde que dela tomou conhecimento e onde pediu que fosse entregue uma pequena oferta ao clube anfitrião da competição, Snapper Rocks Surfriders Club, levando um pouco da nossa identidade e cultura a todo o Mundo.

Portugal é já uma nação do surf reconhecida pela comunidade internacional e com potencial para crescer desportivamente e economicamente, do qual a Costa de Caparica já faz parte e quer continuar a fazer, consolidando a sua posição, mas para isso tem de haver reconhecimento coletivo e união de esforços, criando condições para a concretização desse objetivo.

Um agradecimento final aos principais protagonistas desta história e destas memórias, campeões e futuros campeões, Mafalda Lopes, Guilherme Ribeiro, Martim Paulino e Tiago Guerra e equipa técnica pela estratégia montada.

Uma palavra especial de incentivo ao Presidente do clube Miguel Gomes por continuar a acreditar no seu projeto de surf e um sentido obrigado a quem, durante muito tempo, foi trave mestra da formação desta Associação, o malgrado Pedro Carvalho.

Envie-se esta saudação para a Federação Portuguesa de Surf, Associação de Surf Costa de Caparica (ASCC), Departamento de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada e Capitania do Porto de Lisboa.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
Reunião 13 de Novembro 2025
ANEXO Nº 5 ATA Nº 63/XIII-1º



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

MOÇÃO

Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário da Ponte 25 de abril

Em dia de tempestade e à hora de ponta, Luísa Martinho mentaliza-se para entrar no modo de “sardinha enlatada”. Aguarda pelo comboio da Fertagus na linha 4 da estação de Sete Rios, em Lisboa, em direção a Setúbal. Sairá no Pragal, em Almada. Tem sorte. Outras pessoas seguem viagem para mais longe. O inferno será mais prolongado. O que já foi considerado um serviço de excelência, é agora um trauma diário para os seus utilizadores.

A sobrelotação do comboio da ponte, que assegura a ligação da Margem Sul do Tejo à capital e vice-versa, é um facto lamentável a que se juntam as ameaças e os insultos entre passageiros, tudo para não perderem a viagem e chegar tarde aos seus empregos.

No percurso inverso, de Setúbal para Lisboa, o comboio em hora de ponta já há muito atingiu a sua lotação e em Campolide já não entram mais pessoas. Quando parte de Roma-Areeiro, nas duas estações seguintes fica lotado.

A procura tem vindo a crescer, sendo necessário mais horários, quer ao dia útil, quer ao fim de semana e, seguramente, mais carruagens para transportar pessoas. E o que se constata é que, embora a regularidade esteja a aumentar, o número de comboios mantém-se. Circulam 18, a totalidade da frota, cuja concessão foi atribuída a um operador privado, o Grupo Barraqueiro.

Destes 18 comboios, 11 são duplos (oito carruagens) e os restantes simples (quatro carruagens). A questão é que os passageiros que esperam nas estações intermédias já não conseguem entrar, pior ainda quando circula um comboio pequeno/simples, com menos capacidade.

As regiões mais afetadas são Almada e Seixal, que também são as mais populosas. Há que aumentar rapidamente a oferta de comboios em circulação, nomeadamente, colocar uma quinta carruagem.

A solução para o problema de sobrelotação da Fertagus pode ainda passar por transferir comboios iguais da CP para a empresa responsável pela ligação entre as duas margens do rio Tejo e ainda, adquirir mais carruagens no mercado de usados prontas a circular. Por exemplo, adquirir comboios de perfil semelhante que Espanha está a retirar de circulação, da série 450 que são, basicamente, iguais às 3500 no veículo não-motor. Também tem carruagens motoras e tem carruagens não-motoras, e as não-motoras são basicamente iguais. A adaptação seria simples, sendo necessária apenas devido à alimentação das linhas ferroviárias espanholas – Portugal usa uma voltagem de 25 mil volts em corrente alternada, enquanto a Espanha usa três mil volts em corrente contínua.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Aliás, a Fertagus tem ao serviço 18 automotoras elétricas, cujo proprietário é o Estado, através da empresa Sagesecur. Esses 18 comboios de dois pisos e quatro carruagens fazem parte da série 3500, um grupo de 30 automotoras que foram compradas pela CP em 1998 - enquanto 18 foram cedidas para o serviço de passageiros no chamado Eixo Ferroviário Norte-Sul, 12 comboios ficaram ao serviço da CP, onde fazem parte do serviço urbano de Lisboa até a Azambuja.

As pessoas estão a mudar o seu local de residência para as periferias e depois têm de vir todos os dias para os centros urbanos. Toda a margem sul do Tejo está a ter um dinamismo que não tinha. É improvável que a procura pelo comboio se reduza nos próximos tempos na margem sul do rio Tejo, pelo que agir neste momento é necessário e inadiável. O Estado tem de ter a capacidade de comprar material circulante, o que não está a acontecer.

Ou seja, pelo exposto, a sobrelotação dos comboios da Fertagus é um problema grave diário que afeta milhares de passageiros que, diariamente, utilizam este meio de transporte para se deslocarem entre a Margem Sul e Lisboa.

Recordamos que a Fertagus transportava em 2019, no seu aniversário de 20 anos de operação, cerca de 83 mil pessoas por dia. Hoje transporta muitas mais, e devem ser tratadas pelo Estado e pela Fertagus com o respeito que merecem.

O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 13, e 14 de fevereiro de 2025, delibere:

1. Solicitar ao Governo da República, indagando para o efeito o Ministério das infraestruturas e habitação, em concreto o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, informação detalhada sobre os problemas que atualmente existem na operação FERTAGUS, travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril, e o que se pretende fazer no curto prazo para resolver esses problemas identificados.
2. Recomendar ao Governo da República, em concreto ao Ministério das infraestruturas e habitação, que resolva no curto prazo os problemas da já identificada falta de carruagens para transportar os passageiros, colocando rapidamente a quinta carruagem nas composições a operar.

O Grupo de Eleitos do Partido Socialista
Almada, 13 de fevereiro de 2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião 13 fevereiro 2025	
ANEXO Nº 6	ATA Nº 63/XIII-4º



Moção/Deliberação
(Fornecimento excecional e provisório de energia elétrica ao bairro precário de Penajoia)

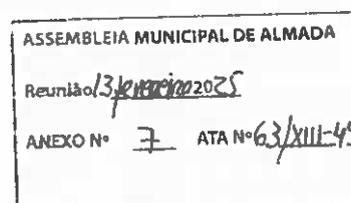
Considerando que:

1. Os problemas atuais da habitação, que afetam muitos milhares de portugueses e almadenses, são resultado direto da uma desenfreada e descontrolada especulação imobiliária, que tem florescido ao longo dos anos pelas políticas, deliberadas ou por inação, dos diferentes governos da responsabilidade do PS e do PSD.
2. Os dados mais recentes, divulgados pelo INE, não iludem: o ano de 2024 foi particularmente rentável para os especuladores imobiliários, enquanto milhares e milhares de portugueses perderam as suas habitações por não conseguirem pagá-las, seja em situações de arrendamento, seja em situações de crédito bancário.
3. Em pleno século XXI, num país e num concelho que se querem - e se afirmam - progressistas e desenvolvidos, onde os valores da solidariedade são reiteradamente afirmados em todos os discursos oficiais, é absolutamente inaceitável a existência, no Concelho de Almada, em Penajoia, Freguesia do Pragal, de largas centenas de cidadãos viverem há larguíssimo tempo sem acesso corrente a água potável, e mais recentemente sem acesso, também, a energia elétrica.
4. O acesso a estes bens essenciais para a qualidade de vida de qualquer pessoa, e mesmo para a sobrevivência, é um direito humano inalienável, que não pode ser recusado em nenhuma circunstância.
5. A situação em que vivem atualmente centenas de pessoas, incluindo muitas crianças, numa parcela de território do Concelho de Almada, obriga-nos a refletir e agir no sentido de encontrar uma solução urgente para a situação em que se encontram aquelas pessoas, o fim de linha de um sistema que se revela incapaz de assegurar que todos têm acesso aos bens essenciais e indispensáveis à qualidade mínima de vida, incluindo uma habitação condigna para si e para a sua família, como a Constituição da República Portuguesa consagra.
6. A situação atualmente vivida em Penajoia obriga-nos, também, a construir e adotar medidas transitórias, e de carater provisório, que proporcionem a minimização das condições de vida indignas que o bairro da Penajoia hoje conhece.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada que inicie, de imediato, os necessários procedimentos no sentido de ser encontrada uma plataforma de entendimento para a celebração de um acordo tripartido entre a Câmara Municipal, a Associação de Moradores e a eRedes, ou quadripartido envolvendo igualmente o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), proprietário dos terrenos em causa, que permita, a exemplo do que foi possível acordar relativamente ao Bairro do 2º Torrão em 2017, o fornecimento de energia elétrica àquele bairro a título excecional e provisório, contribuindo ativamente para a redução das condições de indignidade e precariedade que atualmente afetam, de forma dramática, centenas de famílias naquele bairro precário do nosso Concelho.

Charneca de Caparica, 13 de fevereiro de 2025
O Grupo Municipal da CDU





Moção/Deliberação (Pela resposta urgente aos graves problemas no atual serviço do “comboio da ponte”)

As populações e os utentes dos transportes do concelho de Almada estão confrontados com uma situação inaceitável no funcionamento da ligação ferroviária a Lisboa, operada pela empresa Fertagus. As alterações realizadas neste serviço, com a diminuição da capacidade da generalidade dos comboios (passando de oito para quatro carruagens), estão a provocar problemas gravíssimos nas deslocações quotidianas dos munícipes.

Há muito tempo que é urgente e indispensável o reforço da oferta de transporte ferroviário na linha ferroviária entre Setúbal e Lisboa, com mais comboios, mais circulações e o alargamento do serviço a estações como Lisboa Oriente ou Praias do Sado. O aumento do material circulante é condição para o reforço da oferta de transporte ferroviário, mas tal nunca foi assegurado pela Fertagus.

Agora, a situação tornou-se verdadeiramente caótica, com comboios apinhados nas horas de ponta, de manhã em direção a Lisboa, sendo a estação do Pragal um dos casos mais gritantes, onde há passageiros que veem passar dois e três comboios sem conseguir entrar. Ao fim da tarde, no regresso de Lisboa para a Margem Sul do Tejo, a situação repete-se.

A Fertagus recebe, pelo passe Navegante, o dobro das compensações da CP, sem nunca ter comprado um único comboio. O atual Governo prolongou a concessão do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela ponte 25 de Abril à Fertagus, empresa do Grupo Barraqueiro, até 31 de março de 2031, sem ter sido devidamente acautelado o respetivo aumento de material circulante para assegurar a qualidade do serviço prestado.

O Governo e a Fertagus estão a tentar concretizar o desvio de comboios da CP Lisboa para a Fertagus. Foi lançada a falsidade que esse material da CP está «encostado». As doze unidades de dois pisos (UQE 3500) da CP tiveram agora a grande reparação de meio de vida – num investimento da CP superior a 17,5 milhões de euros – e estão a operar: estão modernizadas e são fundamentais para assegurar o serviço atualmente prestado às populações da Margem Norte do Tejo.

A solução para a falta de oferta de material circulante na margem sul, que é imperioso e urgente resolver, não se pode encontrar criando problemas em toda a restante rede do transporte ferroviário.

É imperioso usar os recursos existentes em toda a sua capacidade – mas permitindo à CP estender o seu serviço ferroviário urbano à ligação da Ponte 25 de Abril, e assim contribuindo para aumentar a oferta e acabar com a atual degradação. É possível encontrar soluções, a partir do serviço da CP das linhas de Sintra e Azambuja, sem reduzir a atual oferta na margem norte, que prolonguem o serviço da CP à Península de Setúbal, tal como já deveria existir há muitos anos se a concessão à Fertagus não constituísse ela mesmo um bloqueio.

No curto prazo, este alargamento da oferta da CP ao serviço suburbano no Eixo Ferroviário Norte-Sul permitiria acabar com os atuais constrangimentos, sem prejudicar os restantes utentes.

É de sublinhar, todavia, que a solução dos problemas de fundo que agora se fazem sentir exige medidas de fundo, que são no essencial conhecidas: a urgente necessidade de concluir o processo de aquisição de novos comboios por parte da CP, pondo termo aos atuais bloqueios e litigâncias; o fim da degradação da oferta no transporte fluvial; a concretização, sem mais adiamentos, da Terceira Travessia do Tejo entre Barreiro e Lisboa.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propões que a Assembleia Municipal de Almada delibere:



1. Manifestar total solidariedade para com os utentes e os trabalhadores da Fertagus, confrontados atualmente com a situação insuportável no funcionamento deste serviço.
2. Reclamar a concretização de medidas imediatas para reforçar a oferta de transporte ferroviário (e em geral da oferta de transportes públicos) no concelho de Almada, na região da Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa.
3. Rejeitar frontalmente as decisões que respondam aos problemas do serviço ferroviário de um concelho agravando os problemas de outros.
4. Afirmar a absoluta necessidade de que o Governo concretize rapidamente as seguintes medidas:
 - a. Diligenciar de imediato a autorização que permita à CP estender o serviço ferroviário urbano na ligação Lisboa/Setúbal do Eixo Ferroviário Norte-Sul, reforçando a oferta de transporte e servindo adequadamente as populações da região;
 - b. Dar orientações à CP para que realize com a máxima urgência um plano para garantir a sua operação de transporte ferroviário, designadamente na ligação entre Lisboa e Coina/Fogueteiro, não excluindo outras opções, contribuindo assim para aumentar a oferta de transporte a Sul sem reduzir a oferta a Norte;
 - c. Iniciar o processo com vista à integração da Fertagus na CP, garantindo uma gestão operacional integrada e reforçada e permitindo o incremento e renovação da frota e da oferta naquele serviço entre Setúbal e Lisboa.

Charneca de Caparica, 13 de fevereiro de 2025
O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	13 de fevereiro de 2025
ANEXO Nº	8
ATA Nº	63/2025



Voto de Protesto e Apelo
(Sobre a demora na resolução dos problemas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde)

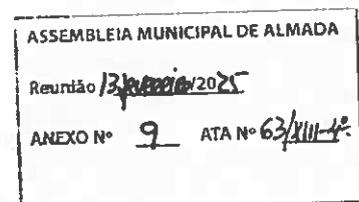
1. A população de Almada confronta-se desde há muito com significativas dificuldades de acesso a cuidados Hospitalares no Hospital Garcia de Orta, a Cuidados de Saúde Primários nos Centros de Saúde, Unidades de Cuidados Continuados e Paliativos contratualizadas com o SNS e a Segurança Social e mesmo a avaliações Médico Legais da responsabilidade da Autoridade de Saúde Pública.
2. Sendo verdade que são conhecidos os problemas, com particular gravidade no campo da assistência materno infantil e no acesso a cuidados urgentes; de consulta no próprio dia em caso de doença aguda; de acesso a consultas de especialidade e a tratamentos e de demora na realização de Exames Complementares de Diagnóstico, não é menos verdadeira a falta de coerência e determinação que se verifica no apontar de soluções e na sua concretização, o que leva, com grande prejuízo para a população, à degradação dos serviços públicos de saúde que o Estado está obrigado a prestar.
3. O elevado número de mortos acima de esperado durante a previamente anunciada época dos surtos virais e infeções respiratórias nos meses recentes; o facto de se verificarem casos de gravidez não vigiada e da mortalidade infantil atingir números muito preocupantes na nossa região, são motivo de grande preocupação e insegurança.
4. Unidades de saúde cuja construção ou remodelação se exige, têm incerta ou adiada a sua efetivação dando lugar a que surjam outras unidades de oferta privada, de elevado custo e por isso inacessíveis a vastos setores da população ao mesmo tempo que absorvem profissionais que tanta falta fazem ao SNS.
5. A contratação pública de médicos e outros profissionais no SNS não se concretiza arrastando-se um conflito cuja solução há muito se sabe ser de importância estratégica para que o Direito à Saúde seja uma realidade.
6. Nos órgãos superiores de gestão do SNS está instalada a confusão e o desnorte com a consequente incerteza e paralisia.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Juntar-se ao protesto da população em face da situação existente e da sua progressiva degradação.
2. Apelar ao Governo e à Câmara Municipal para que, no âmbito das responsabilidades que cabem a cada um destes órgãos, adotem medidas imediatas para que sejam superados os obstáculos que se colocam ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde e à concretização do Direito à Saúde.

Charneca de Caparica, 13 de fevereiro de 2025.

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Almada





Recomendação

Ação Imediata no Bairro Ilegal da Penajóia

Nos últimos meses, tem-se verificado uma proliferação alarmante de construções ilegais nesta zona de Almada, um fenómeno que coloca em risco o ordenamento do território, a segurança pública e a qualidade de vida da população. O crescimento descontrolado deste bairro clandestino segue um padrão preocupante, semelhante ao que ocorreu noutras áreas do país, como a Cova da Moura, onde a ausência de fiscalização atempada resultou na consolidação de um núcleo habitacional degradado e sem infraestruturas adequadas.

Desde o início de 2024, o CHEGA tem alertado repetidamente para esta situação, na Assembleia Municipal, sublinhando a necessidade de intervenção imediata das autoridades competentes. Apesar destes alertas, a construção ilegal tem continuado, sem que tenham sido tomadas medidas eficazes para travar a expansão deste bairro clandestino.

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) procedeu à demolição de algumas construções na zona sul da Penajóia, mas tal revelou-se insuficiente, uma vez que simultaneamente surgiram dezenas de novas edificações ilegais na zona norte, demonstrando uma falta de coordenação e planeamento estratégico para conter o fenómeno.

Além disso, as imagens recolhidas no local demonstram um padrão claro nas construções, onde todas as habitações apresentam características semelhantes. Isto indica que não se trata apenas de ocupações individuais e desordenadas, mas sim de um esquema organizado, promovido e executado por uma entidade ou grupo estruturado, possivelmente com interesses económicos ou políticos na expansão desta ocupação ilegal.

A contínua expansão deste bairro clandestino representa um risco não só para a segurança dos seus ocupantes, mas também para o município como um todo, dado que bairros degradados sem infraestruturas básicas acabam por se tornar um peso insustentável para os serviços municipais e para a sociedade em geral. Se não forem tomadas medidas urgentes, Almada estará a assistir ao nascimento de mais um bairro desordenado, à semelhança de outros já existentes no concelho, sem qualquer planeamento ou condições de habitabilidade.

Para evitar este cenário, é essencial que a Câmara Municipal atue de imediato, reforçando a fiscalização, impedindo novas construções e promovendo ações legais contra os responsáveis por esta ocupação ilegal.

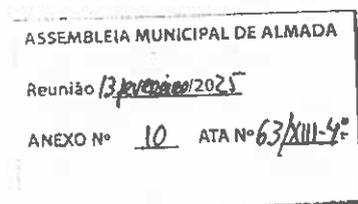


Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada recomenda à Câmara Municipal que:

- Interceda de forma imediata e eficaz junto das entidades responsáveis, incluindo o proprietário do terreno e as autoridades fiscalizadoras, para impedir a continuação das construções ilegais;
- Reforce a fiscalização diária e rigorosa para impedir novas edificações e controlar as atividades na zona, garantindo que não se repita o erro da zona sul, onde demolições pontuais foram seguidas por novas construções ilegais noutra área;
- Adote uma estratégia clara e eficaz para impedir que Almada continue a gerar novos bairros degradados, que representam uma sobrecarga para os serviços municipais e para a segurança pública;
- Investigue e identifique a entidade ou grupo responsável pela construção das habitações ilegais, uma vez que há evidências de um processo organizado e não de meras construções isoladas, permitindo assim um combate mais eficaz a este fenómeno;
- Apresente uma queixa-crime e instaure as ações legais necessárias contra os responsáveis pela promoção, financiamento e construção das habitações ilegais, garantindo que sejam aplicadas sanções efetivas para dissuadir novas infrações;
- Informe periodicamente a Assembleia Municipal sobre as ações tomadas para combater este fenómeno e garantir que não se perpetue a inação que se tem verificado até agora.

Grupo Municipal do Partido Chega

Almada, 13 Fevereiro de 2025





MOÇÃO

Preservar a memória do horror:

ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença

Há 80 anos, na tarde de sábado dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres.

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a “solução final” que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial.

Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas para *“preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”*. E em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a *“Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio”*, que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos.

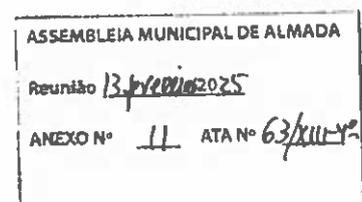
Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o **Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto**, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: **nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros.**

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutros locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie.

Assim, a Assembleia municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, defendendo a construção de um mundo justo onde os direitos humanos sejam consagrados e todos possam viver com dignidade e em paz, delibera:

- 1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo;**
- 2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos;**
- 3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,



MOÇÃO

Expansão do solo urbano: o desastre anunciado

A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista.

No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. E lembra que produzir apenas 2 a 3 cms. de solo saudável pode demorar quase mil anos. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos.

Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório *“Rethinking Urban Sprawl”*, a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024.

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As *“alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985|2000”* salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano **descontínuo** é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU *“O parque habitacional-análise e evolução 2011|2021”*, pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas.

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que *“a proporção de solo urbano do continente que se*

encontrava edificada em 2021 era em média de 50%" (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050.

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que *"o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos". Pelo contrário, alimenta a especulação..."* (Paulo V.D. Correia in *O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial*, p. 192).

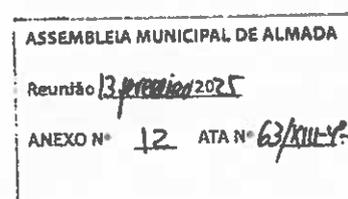
Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a apetência dos grandes proprietários, do sector da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso crescente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros.

Pelo exposto, a Assembleia Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibera:

- 1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação;**
- 2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,

(em caso de aprovação, a moção deve remetida para conhecimento dos grupos parlamentares com representação na Assembleia da República e do Ministério Adjunto e da Coesão Territorial/Governo)





MOÇÃO **(Reforço efetivo da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó)**

As informações vindas a público sobre matéria de segurança dos cidadãos e de reorganização das unidades da Polícia de Segurança Pública no Concelho de Almada, em particular da atual situação da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, a qual continua sem o prometido reforço de efetivos há décadas, apenas reforçam as necessidades identificadas relativas ao investimento em meios humanos e materiais que assegurem a melhoria do policiamento de proximidade.

Apesar de ser reconhecido como um equipamento fundamental para aquela zona da cidade, e não obstante as diversas diligências promovidas nos órgãos autárquicos e pelas populações, assim como as promessas de sucessivos governos, a Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó continua sem os agentes previstos no diploma que criou esta estrutura de proximidade, e que responde a uma Freguesia com cerca de 40 000 habitantes.

Considerando ser fundamental para um eficaz policiamento o reforço efetivo nos meios da Esquadra da PSP Laranjeiro/Feijó, que efetue o patrulhamento de proximidade, responda eficazmente às solicitações da população, combata potenciais situações de criminalidade e diminua o atual estado de insegurança do edificado, do comércio local e de pessoas e bens daquela área do território das Freguesias do Laranjeiro e do Feijó.

Considerando, ainda, que estas estruturas operacionais na sua funcionalidade acompanham também casos de apoio à vítima, violência doméstica ou de menores em risco, garantindo à população condições básicas e imediatas de socorro e proteção, é fundamental ampliar o investimento para manter o bom trabalho de proximidade desenvolvido pela PSP também neste domínio em concreto.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Promover a urgente avaliação do estado da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó e a sua eventual reorganização funcional, em conjunto com o Comando Distrital e os órgãos autárquicos.
2. Reivindicar junto do Governo:
 - a. O reforço do número de agentes em serviço na Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó;
 - b. O necessário investimento em meios materiais, frota e equipamentos administrativos, que assegurem a melhoria das condições de trabalho dos agentes e da resposta às populações;
 - c. A realização de obras de requalificação do edificado e de toda a zona envolvente ao equipamento;
 - d. A ampliação do investimento no policiamento de proximidade desenvolvido pela PSP.

Charneca de Caparica, 13 de fevereiro de 2025
O Grupo Municipal da CDU



Moção

Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte sobre o Tejo

Os passageiros que diariamente utilizam o transporte ferroviário da Fertagus para atravessar a Ponte sobre o Tejo enfrentam condições degradantes, fruto da inação dos sucessivos governos que têm sistematicamente ignorado os problemas estruturais da mobilidade na Margem Sul. O aumento exponencial da procura, aliado à falta de investimento em infraestruturas e material circulante, transformou este serviço essencial num verdadeiro sofrimento diário para milhares de cidadãos.

A sobrelotação dos comboios atingiu níveis insustentáveis, especialmente nos períodos de maior afluência. Os passageiros são obrigados a suportar viagens em condições indignas, enfrentando atrasos, composições lotadas e uma oferta manifestamente insuficiente. A situação é particularmente grave em Almada e Seixal, os concelhos mais populosos da Margem Sul, onde os utentes se veem impedidos de embarcar devido à falta de capacidade dos comboios que já vêm sobrecarregados das primeiras estações.

A ausência de alternativas públicas robustas e o incumprimento por parte do Estado na modernização da rede ferroviária resultaram na degradação da qualidade do transporte e no aumento do tempo de deslocação dos cidadãos.

O agravamento da situação tornou-se ainda mais evidente com a incapacidade do Governo em garantir soluções eficazes. A modernização da frota e a aquisição de novos comboios deveriam ter sido prioridade há anos, mas as sucessivas decisões políticas adiaram sistematicamente esta necessidade. A falta de investimento na infraestrutura ferroviária da Margem Sul demonstra o abandono da região em termos de mobilidade e desenvolvimento.

É urgente que o Estado assuma as suas responsabilidades e tome medidas concretas para melhorar o transporte ferroviário na Margem Sul, garantindo um serviço eficiente e digno para todos os passageiros.

O Grupo Municipal do CHEGA propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibere:

1. Exigir ao Governo da República, em particular ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, que tome medidas imediatas para reforçar a oferta ferroviária na



- Ponte sobre o Tejo, garantindo a aquisição e disponibilização de material circulante adicional para responder à crescente procura.
2. Solicitar ao Governo da República que esclareça publicamente quais as ações concretas e prazos definidos para a modernização da rede ferroviária na Margem Sul do Tejo, assegurando que a população não continue a ser negligenciada.
 3. Instar a administração da Fertagus e a tutela governamental a apresentarem um plano de contingência imediato, incluindo soluções para aliviar a sobrelotação nas horas de ponta e a possibilidade de reforço da frota com novas composições adequadas à procura.
 4. Exigir que o Governo promova o investimento na ferrovia pública como alternativa viável e competitiva, permitindo maior concorrência e melhoria do serviço prestado aos passageiros.
 5. Exigir o cumprimento das obrigações do Estado para com os cidadãos da Margem Sul, garantindo um serviço ferroviário eficiente, acessível e compatível com as necessidades reais da população.

Grupo Municipal do Partido Chega
Almada, 13 Fevereiro de 2025

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
Reunião 13 fevereiro 2025
ANEXO Nº 13 ATA Nº 63/2025